
VULNERABILIDADE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA SOCIAL VULNERABILITY IN PANDEMIC TIMES

MARIA LUCIA ALVES FABIANO (1)

Resumo

O presente texto tem o objetivo de discutir sobre o nosso atual modo de vida em tempos de pandemia (Covid-19), e de que forma a sociedade está lidando com tantas mudanças e disparidades. Além disso, estamos diante de uma nova crise planetária, na qual precisamos repensar nosso modo atual de vida e encarar que os rumos que a humanidade tomou estão nos levando ao caos social, econômico e ambiental. Por isso, faz-se necessário e urgente aprofundar as discussões sobre a retomada do papel do Estado e das políticas voltadas aos mais vulneráveis, tão necessárias em momentos de crise, de forma que a relação saúde-enfermidade e sua correlação com dilemas atuais de ordem social, política e econômica nos faça compreender melhor o momento atual e também os rumos que podemos tomar.

Palavras-chave: Covid-19. Vulnerabilidade. Políticas. Estado.

Abstract

This text aims to discuss our current way of life in times of pandemic (Covid-19) and how society is dealing with so many changes and disparities. In addition, we are facing a new planetary crisis in which we need to rethink our current way of life and face the directions that humanity has taken, which are leading us to social, economic and environmental chaos. Therefore, it is necessary and urgent to deepen the discussions on the resumption of the role of the State and the policies directed to the most vulnerable, so necessary in times of crisis, so that the health-disease relationship and its correlation with current social and political dilemmas and economic, make us better understand the current moment and also the directions we should take.

Keywords: Covid-19. Vulnerability. Policies. State

(1) Doutora em Ciências Sociais e mestra em Economia Política pela PUC-SP. Docente da Universidade Estácio de Sá - São Paulo. luciafabiano@uol.com.br
ORCID - <https://orcid.org/0000-0001-9675-5106>
LATTES - <http://lattes.cnpq.br/1034340973727271>.

INTRODUÇÃO

A vida mudou de repente, num piscar de olhos sentimos a fragilidade de nossas vidas, são tantas questões que de repente invadem nossos pensamentos e nos fazem refletir sobre o que realmente importa.

Aquela correria toda em busca do “ter”, que agora nos parece tão banal, pois simplesmente nos sentimos impotentes diante de algo que não podemos ver ou conter, pois não podemos impedir que chegue até nós ou até aqueles que amamos. A humanidade está alarmada e não sabe o que fazer diante de um vírus tão devastador que nos tira da vida de maneira tão abrupta e repentina.

E agora? Essa é a primeira pergunta que nos fazemos diariamente, desde que tudo isso começou. Quando voltaremos ao normal de nossas vidas? Será que vale a pena voltar aquele normal? O que precisamos aprender e mudar? Como iremos continuar? Será que nos tornaremos pessoas melhores? Será que a partir de agora olharemos com mais amor e empatia ao sofrimento alheio? Ou será que a humanidade simplesmente continuará da mesma forma?

No entanto, para refletirmos sobre o presente, precisamos também olhar para o passado, ver o que aconteceu e encarar que essa não é a primeira vez que uma pandemia desestabiliza a humanidade, que nos coloca todos no mesmo lugar de impotência e de fragilidade. Contudo, apesar da Covid-19 surgir como uma doença que

pode contaminar a qualquer um, independentemente do status social, o que ela tem de alcance geral, tem também de desigual, pois pode afetar de forma desproporcional determinados grupos sociais, dentre eles os mais fragilizados: enfermos, idosos e, especialmente, aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Tal fato escancara as profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais a que estamos submetidos.

Haesbaert (2020) também reflete sobre a situação atual e argumenta sobre um ponto importante em relação aos mais pobres, destacando que não se pode exigir que os mais pobres se submetam a reclusão temporária, pois ela só é realmente possível e segura para os mais ricos, que dispõem de condições para o distanciamento social e o isolamento.

De acordo com essa visão, surge no debate a questão da vulnerabilidade de uma grande parcela da população que ficou exposta de forma aguda na pandemia da Covid-19. O conceito de vulnerabilidade que surgiu em meados dos anos 1980 inicialmente associada a aspectos epidemiológicos e individualizantes, com o foco da vulnerabilidade social no sujeito a partir da possibilidade de exposição da pessoa à infecção pelo vírus HIV/AIDS (AYRES, et al., 2009), ganhou a partir da década de 1990 um maior espaço na produção científica e também no discurso daqueles que trabalham com saúde e assistência social.

Contudo, de lá para cá houve uma evolução do termo e do seu entendimento, que assumiu várias conotações e atenta para diferentes contextos sociais, designando, por exemplo, grupos ou indivíduos fragilizados, seja de forma econômica, jurídica ou política, que necessitam de auxílio e proteção para a garantia de seus direitos como cidadãos.

Dessa forma, assim como Ayres et al. (2009) e Figueiredo & Noronha (2008), entendemos que o vulnerável carrega, nesse sentido, a ideia do mais fraco, ou seja, aquele que está em desvantagem quanto ao critério de distribuição (renda, serviços, qualidade de vida, educação, saúde, etc.) e que deve ser alvo de políticas públicas específicas de auxílio e de busca de garantia de direitos, caracterizando uma parcela da população cada vez maior que se encontra em uma situação desfavorável em relação a outros grupos populacionais.

Importante também destacar que entendemos que o conceito de vulnerabilidade social não está somente associado à pobreza ou a questões econômicas, pois as próprias características do Estado acabam interferindo nessa definição, uma vez que as desigualdades presentes em uma dada estrutura social interferem no grau de vulnerabilidade dos diversos grupos a ela pertencentes (BRASIL, 2004). Dessa forma, a vulnerabilidade surge de um resultado negativo entre a disponibilidade de recursos materiais e simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos

ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais (FIGUEIREDO & NORONHA, 2008) disponíveis nessa sociedade.

De acordo com essa visão, Palloma Menezes (CEE, 2020), socióloga e pesquisadora das questões raciais e de gênero, aponta que os dados indicam que a Covid-19 tem sido mais letal entre a população negra do que entre os brancos, sendo um ponto de partida essencial para debater essa vulnerabilidade maior e reconhecer a desigualdade estrutural presente na sociedade brasileira. Segundo a socióloga, um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) aponta que 75% dos mais pobres no país são negros, e com isso, a pandemia tornou essa desigualdade de renda étnico-racial mais explícita no Brasil, além de destacar o quanto temos pouca sensibilidade para pensar nisso e nos efeitos devastadores que isso causa nesse grupo populacional.

Sendo assim, a condição socioeconômica é fundamental no combate à pandemia, e mais, na garantia da vida, portanto, o momento é propício para que façamos uma reflexão séria sobre nosso modo de vida nesse planeta e o que contribuiu para nos deixar tão vulneráveis e ameaçados em pleno século XXI, apesar de todo o avanço tecnológico, inclusive na medicina que temos ao nosso dispor.

Butler (2015) lembra-nos de que há um elemento comum que nos vincula uns aos outros: a precariedade da vida e que sem abrigo, alimento ou formas de sociabilidade e trabalho não há vida que seja garantida, do mesmo modo que não existe a possibilidade de afastar de nós o sofrimento e a mortalidade. Por essa razão, Sousa (2020) coloca que a condição precária é politicamente induzida, fazendo com que certas populações sejam expostas a formas diferenciadas de vulnerabilidade, conforme a organização das suas redes de apoio, tanto social como econômico.

É certo que todos estamos olhando para o desenvolvimento da pandemia, mas é necessária uma visão mais abrangente do que está acontecendo no mundo, na América Latina e, especialmente no Brasil. No caso brasileiro, a pandemia tem escancarado de forma latente diversos problemas, dentre eles, um sistema de saúde precário, que apesar de ser um dos maiores sistemas de saúde público do mundo, chamado Sistema Único de Saúde - SUS, e das inúmeras conquistas e avanços desde a sua criação em 1988, que atende 74% da população do país que depende exclusivamente da saúde pública conforme dados da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, realizada em 2019, IBGE (2020a), enfrenta diversos problemas. Entre estes problemas estão: a falta de médicos, agravada nas regiões Norte e Nordeste, o longo tempo de espera para consultas e tratamentos, estrutura precária, tudo isso

ocasionado por um sistema mau gerenciado e financiamento insuficiente para atender toda a população; problemas que certamente foram agravados diante da necessidade de maior utilização do sistema de saúde durante a pandemia. Outra realidade que se apresenta são as condições inapropriadas de habitação e de saneamento básico que, de acordo com pesquisa dos indicadores sociais do IBGE (2020b), com dados a partir da PNAD contínua, mostram a marcada concentração de renda observada no Brasil, bem como as significativas desigualdades regionais e raciais, que se refletem nas condições de moradia da população e no acesso ao saneamento básico, que demonstra as situações de precariedade e vulnerabilidades em maior proporção a população que enfrenta situação de pobreza monetária. A pesquisa ainda mostra que uma proporção de 21,6% da população brasileira residia, em 2019, em domicílios nos quais havia ao menos uma inadequação domiciliar – isso significa que ao menos 45,2 milhões de pessoas, residentes em 14,2 milhões de domicílios, enfrentavam algum tipo de restrição ao direito à moradia adequada, em seus elementos de acessibilidade econômica, habitabilidade ou segurança da posse. Em 2019, 2,6% da população brasileira (5,4 milhões de pessoas) vivia em domicílios sem banheiro de uso exclusivo, tal desigualdade se agrava em certas regiões brasileiras, por exemplo, em estados da região Norte, os quais mostram que

apenas duas em cada dez residências têm rede geral de esgoto ou fossa séptica e banheiro exclusivo. As questões de saneamento são vitais em relação à saúde da população e tais discrepâncias no acesso aos serviços públicos e também de renda no país, entre outros fatores, demonstram a falta de condições, em lidar com uma doença tão letal.

De acordo com o Banco Mundial (WORLD BANK, 2020), o Brasil figura como o 9º país mais desigual entre 164 países pesquisados. Sendo assim, a maximização da precariedade recai nas populações mais pobres, que ficam expostas à fome, à violência do Estado e ao sofrimento, correndo maior risco de doenças. Isso porque os mais expostos à situação de vulnerabilidade são os mais desprovidos de proteção e suas vidas não têm valor efetivo (SOUSA, 2020).

Entretanto, esse momento também está nos proporcionando criar uma nova compreensão do que estamos a fazer ao nosso país, ao planeta e a nós mesmos.

Existe muita especulação sobre como será o futuro, que na realidade não passam de apostas na retomada do nosso modo de vida anterior. Neste sentido, podemos dizer que a pandemia nos abre a oportunidade de refletir sobre temas importantes como: Estado, poder, dimensões sociais e políticas de combate a pobreza, desenvolvimento de políticas de saúde pública e também ambiental, instigando sobre a necessidade de novos caminhos a serem percorridos.

Apesar da doença epidêmica ser um evento biológico, se torna importante o diálogo entre as ciências sociais e biomédicas para ampliar o foco sobre o assunto, pois constitui-se, segundo Souza (2005) também, em um evento social, permitindo que o processo “saúde-enfermidade” seja estudado não só como um problema em si, mas também como uma ferramenta para discutir as intrincadas relações sociais e de poder, os valores sociais, as concepções culturais e as práticas institucionais de nossa sociedade.

Sendo assim, o texto tem o objetivo de retomar algumas discussões e instigar novas reflexões sobre o papel desempenhado pelo Estado, principalmente em momentos de crise, além de trazer para o debate a necessidade de um mundo mais sustentável, passando pela remodelação do sistema econômico atual para a diminuição das desigualdades existentes, e assim, para um melhor enfrentamento de doenças epidêmicas como a Covid-19 e tantas outras mazelas que assolam a humanidade.

UM OLHAR NO PASSADO E OUTRO NO PRESENTE

Apesar da quantidade de anos que separam uma pandemia da outra é necessário que os debates e reflexões de como chegamos até aqui e como podemos sair melhores de tudo isso, se aprofundem.

Por isso iremos resgatar um pouco sobre a conhecida “Gripe Espanhola” de 1918, um vírus influenza que se espalhou pelo mundo e causou milhares de mortes, além de muita dor e pânico, inclusive no Brasil, alterando as vidas de milhões de pessoas por todo o planeta, abalando economias e escancarando desigualdades. Um século depois estamos diante de uma nova pandemia, a chamada “Covid-19”, que igualmente causa mortes, apreensão e a necessidade de enfrentamento por parte da sociedade, principalmente dos governantes e da ciência, e que mais uma vez faz com que a humanidade possa repensar seu modo de vida e o que estamos fazendo e querendo para o planeta.

Segundo Ranger e Slack (1995) a interpretação que se dá a uma doença ou às formas de lidar com ela liga-se às maneiras como ela foi vista no passado e como tais maneiras possibilitaram a comprovação ou a remodelação de suposições políticas, morais, sociais e médicas que existiam sobre ela. Sendo assim, mesmo em contextos completamente diferentes, é necessário compreender e comparar os momentos políticos, econômicos e sociais atuais com o de mais de 100 anos atrás, para avançarmos no sentido de encontrar soluções concretas e viáveis.

De acordo com os historiadores Frederico Tomé e Deusdedith Rocha (JORNAL DE BRASÍLIA, 2020), entre as semelhanças das epidemias temos a falta de informações ou a difusão de informações distorcidas e/ou

falsas, os problemas no sistema de saúde e o agravante da insalubridade que afeta principalmente quem mora em favelas ou em áreas urbanas mais pobres que sofrem com a falta de saneamento e de infraestrutura adequada, que são pontos que se repetem, além de se tornarem aceleradores para ambas as doenças.

Durante a gripe espanhola, o discurso das autoridades em todo o mundo era o de minimizar o poder da doença (TORRES, 2007), por isso, houve uma demora das autoridades para tomar providências, pois acreditava-se que o vírus não era tão letal e passaria rapidamente, julgando desnecessário tomar qualquer ação preventiva, mesmo com a quantidade de óbitos subindo a cada dia e como enfatiza Torres (2007), apesar da clara dificuldade dos sistemas de saúde na capacidade de atendimento aos doentes.

No caso do Brasil, somente após a situação se tornar crítica, a população e os jornais passaram a reivindicar medidas mais duras, porém as autoridades insistiram que isolamento social não era possível e nem necessário naquele momento. Em contrapartida, o governo sentindo-se pressionado censurou a mídia, proibindo a divulgação dos números de mortos e infectados por acreditar que ela causava pânico na população e ameaçava a preservação da ordem pública (BERTOLLI FILHO, 2003).

Hoje, um século depois, apesar da amplitude dos meios de comunicação e da velocidade que a informação chega aos cidadãos através da TV, rádio, internet, com informações diárias sobre a ampla disseminação do vírus e seus efeitos sobre a saúde individual e coletiva, além da alta taxa de mortalidade quando comparada a outras doenças, foi recebida por muitos, incluindo governantes, como uma simples gripe. A negação ou minimização de seus efeitos, inclusive, pelo Presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que mesmo diante da enorme crise sanitária resolveu adotar a gestão do caos como estratégia política, relativizando os impactos da doença e promovendo uma cruzada contra o distanciamento social, por meio da campanha “O Brasil não pode parar”, apelando para o retorno das atividades econômicas (SOUSA, 2020). Mesmo diante de tal posicionamento do chefe de Estado brasileiro, os médicos, cientistas e outros profissionais da área de saúde desde o início da pandemia procuraram esclarecer a população sobre a importância do isolamento ou distanciamento social, o uso adequado de máscaras, bem como a atenção a hábitos de higiene simples, como lavar as mãos para conter o ritmo de contágio do vírus.

Tais medidas têm a finalidade não só preventiva, como também a de evitar sobrecarregar os sistemas de saúde, que não comportam um aumento repentino no número de pacientes que precisarão de cuidados médicos. Tal deficiência no

atendimento de saúde escancara as desigualdades sociais, uma vez que, a vulnerabilidade dos mais pobres e dos mais fragilizados se torna um agravante para a mortalidade.

Apesar do crescente aumento no número de mortes e infectados, as autoridades, e digo aqui, principalmente, o poder executivo federal, assim como há um século atrás, falham no atendimento a população, além de se eximirem da responsabilidade de tomar providências mais eficazes no combate da disseminação da gripe, deixando, no caso brasileiro, a responsabilidade aos Estados e Municípios a tarefa de controle da doença.

No momento em que escrevo este texto, o Ministério da Saúde, através do Painel-Coronavírus, que acompanha os casos no país, registra 172.561 mortes pela doença e contabiliza a triste marca de 6,3 milhões de casos de pessoas infectadas no país. O Brasil, desde o primeiro caso notificado em 29 de fevereiro de 2020, já chegou a incrível marca de 1.595 vidas perdidas em um único dia.

Contudo, já estamos no final de novembro de 2020 e em meio a um debate que se apresenta de uma segunda onda de contaminação pelo Covid-19, ou como outros preferem, um repique da primeira onda que nem acabou, onde constata-se um número crescente de pacientes internados com doenças respiratórias graves em vários estados brasileiros, incluindo 10 capitais, entre elas, São Paulo, Porto Alegre, Rio de

Janeiro e São Luís, de acordo com levantamento da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, ligada ao Ministério da Saúde, a partir de registros oficiais de casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG), incluindo a Covid-19. Há também relatos e dados oficiais de hospitais públicos e privados com leitos de unidades de terapia intensiva – UTI’s começando a operar novamente em alta chegando próximo ao seu limite de capacidade, principalmente em Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais e Pernambuco, que estão entre os estados com o maior número absoluto de vítimas fatais desde o início da pandemia, além do Amazonas que tem o maior coeficiente de mortalidade no país (BBCNEWS, 2020). Como estamos em meio a pandemia os dados sobre a doença mudam em passo acelerado, de um dia para o outro em todo o país, mas o que se tornou uma constante são ações pouco eficazes em seu combate, uma vez que as medidas adotadas por estados e municípios de liberação e flexibilização das atividades econômicas, têm causado novamente um aumento dos casos de contaminação e mortes em todo o país

Podemos notar, então, que há uma espécie de dramaturgia comum a ambas epidemias que, de modo geral, apresentam dilemas semelhantes sobre seu enfrentamento que parece se repetir ao longo da história (SOUZA, 2005). Infelizmente agora, como anteriormente, vemos um número crescente de vidas sendo ceifadas diariamente, sem

que os governantes tomem medidas eficazes no seu combate ou controle. Sendo assim, apesar do tempo, da evolução na tecnologia e da facilidade de comunicação que poderia de alguma forma minimizar a transmissão, até que se encontre uma cura definitiva, vemos que as autoridades que podem e devem tomar providências não mudaram em quase nada seu modus operandi em relação a ambas epidemias, tratando a população mais vulnerável com desprezo e descaso, levando milhares a óbito.

Por isso, é necessário avançar e discutir sobre o papel do Estado, e das políticas públicas necessárias, não somente dos governantes em nossa sociedade, pois somente assim poderemos encontrar soluções viáveis a longo prazo, pois governantes passam, mas o Estado continua, e precisamos cobrar que o Estado cumpra seu papel com responsabilidade, assegurando dignidade, principalmente aos mais vulneráveis e desprotegidos.

A NECESSIDADE DA RETOMADA DO PAPEL DO ESTADO

Os impactos sociais e políticos que a pandemia tem causado no mundo e no Brasil retoma esse debate antigo que é o “Papel do Estado” e de que forma o Estado deve e precisa agir nesses momentos. Como coloca Dowbor (2020) a pandemia está recolocando na mesa a discussão, não do tamanho, mas sim da retomada do papel do

Estado em áreas fundamentais de políticas sociais, de infraestruturas, e da descentralização radical dos recursos.

Contudo, nos encontramos num momento crucial diante do que se acredita ser o papel do Estado nesse momento, afinal as economias, inclusive a brasileira, desde o século passado, vem implantando e defendendo políticas neoliberais cada vez mais austeras, que consiste em um Estado mínimo, tendo por fundamento a justificativa de que o mercado por si só consiste em um mecanismo de recursos econômicos autossuficientes e que é capaz de sozinho satisfazer as necessidades dos indivíduos (ANDERSON, 1995). Tal fundamentação teórica do pensamento neoliberal foi difundida primeiramente pela obra de Friedrich Hayek "O caminho da servidão" (1944), na qual o autor condena toda e qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado e considera o intervencionismo uma ameaça à liberdade, tanto à economia, quanto à política" (PINTO, 1988, p. 26). Nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça (MORAES, 2002, p.15). Tais ideias, segundo a pesquisadora canadense Naomi Klein escritora do livro *Los Años de Reparación* (2020), foram disseminadas no continente latino-americano, inspiradas principalmente por Hayek, Milton Friedman e a Escola de Chicago usando a "doutrina do choque", com políticas que impediram a participação cidadã, com a instalação de ditaduras cívico-militares, processos de desindustrialização e

altos índices de desemprego.

Klein coloca que a Covid-19 tem aprofundado essa crise implementada pelas políticas neoliberais e a globalização, acentuando um crescimento exponencial do desemprego, precariedade do trabalho, pobreza e falta de moradia, além de acentuar o crescimento (também exponencial) da concentração e polarização da riqueza a limites insustentáveis, enquanto os 20% mais ricos da população mundial concentram 96% da riqueza, 80% (6,5 bilhões de pessoas), detêm apenas 4% dela. Sendo assim, a autora enfatiza que a Covid-19 revelou o que ela chama de "um mundo rompido", onde o neoliberalismo causou uma imensa massa de excedente populacional descartável, vítimas da dinâmica econômica imposta pelos grupos dominantes, que agora estão diante de uma massa que não consegue mais servi-los, nem como mão de obra barata, pois foram substituídos por tecnologias, nem como consumidores, pois não possuem renda para tal, devido a seus níveis de pobreza e indigência (OUTRAS PALAVRAS, 2020).

Assim, nos deparamos com a demonstração de precariedade do sistema neoliberal, na ausência de estrutura, na garantia de qualidade de vida da população, na garantia dos direitos básicos que deveriam pautar qualquer Estado de Direito (MACHADO e CASANOVA, 2020). Sendo assim, o resultado produzido pela miséria, que será causada pelo efeito cumulativo da pandemia e das medidas tomadas pelos países, sobre a

projeção de uma vertente neoliberal, pode ter um resultado desastroso no desenvolvimento da sociedade.

Partindo desse ponto vista, podemos dizer que os países se encontram em um dos maiores impasses desse século, pois estamos diante de uma pandemia que atinge a milhões de pessoas no mundo e necessitamos suprir as necessidades da sociedade, principalmente dos mais vulneráveis e desprotegidos. A grande questão que se apresenta é? Quem irá suprir estas necessidades, senão, o Estado?

Por isso, precisamos de um Estado que rompa com décadas de desmonte de políticas sociais⁽¹⁾, contudo, mais do que definir Estado e suas funções, sem a pretensão de tratar a temática com a profundidade que merece, pois entendemos que a questão de abordagem das concepções metodológicas implicam pressupostos, sistematizações intelectuais, conceitos, posturas teóricas, proposições políticas, enfim, concepções de mundo e sociedade diferentes, mas apenas nos colocando nos limites deste texto, o intuito é focalizar, como o Estado pode e deveria interferir, além de se posicionar nos momentos de crise através de políticas (públicas) sociais que consigam contemplar as demandas urgentes da sociedade, principalmente em um momento de

aprofundamento exponencial de uma crise que já estava em andamento.

Assim, de acordo com tal posicionamento, a economista e pesquisadora Laura Carvalho, autora do livro “Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado” (2020), defende a necessidade de se repensar as funções do Estado diante de uma crise que tem exigido gastos públicos em níveis sem precedentes em todo o mundo. A volta do Estado como indutor do crescimento e garantidor de um ambiente de bem-estar social. Contudo, a economista destaca que o elevado nível de endividamento global, inclusive do Brasil, pode gerar uma reação semelhante àquela vista após a crise de 2008-2009, que foi seguida por uma onda de austeridade fiscal e desmonte de políticas públicas em outros países. Para a autora existem duas questões urgentes a serem tomadas, sendo uma delas a questão da proteção e da renda básica universal, fundamental e necessária a uma boa parcela da população que se encontra sem emprego e sem renda; a outra é a necessidade de recursos para a área de saúde aliados a uma gestão mais eficiente. Para o pós-pandemia, Laura aponta que para uma recuperação mais rápida da economia, o Estado deve aparecer como investidor em infraestrutura dando sua contribuição para dinamizar a economia e, ao mesmo tempo, para superar algumas lacunas históricas que ficaram mais aparentes.

Sendo assim, uma administração pública, numa concepção crítica de Estado, que considere sua função em atender a

(2) Entende-se aqui por políticas sociais as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001, p 31).

sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários, nesse momento, programas de ação universalizantes que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social. Como coloca Hofling (2001) [...] “mais do que oferecer serviços sociais, as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais, ainda mais numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira”.

IMPACTOS SOCIAIS NO CASO BRASILEIRO

Pensando nos efeitos da pandemia, especificamente no caso brasileiro, é necessário um olhar atento as demandas de nossa sociedade e o verdadeiro papel do Estado, tanto no combate a pobreza, na preservação do meio ambiente e do equilíbrio econômico para crescermos de forma sustentável e mais equilibrada. Um dado simplesmente alarmante para um país como o nosso e que precisa acender a luz vermelha para tal situação, ver que as coisas não estão seguindo no rumo certo e que apesar do baixo nível de produção brasileiro nos últimos anos. De acordo com a revista norte-americana Forbes, cerca de 206 bilionários brasileiros aumentaram suas fortunas em 230 bilhões de reais em apenas

um ano entre 2018-2019, em contrapartida, no final de 2019 foi registrado cerca de 61 milhões de adultos no Brasil “negativados”, em bancarrota pessoal por excesso de pagamento de juros, além de mais de 6 milhões de empresas de acordo com o Serasa Experian, o que indica que as crises alimentam as grandes corporações e investidores, sugando do restante da sociedade.

O Brasil está mergulhado numa crise econômica e política desde 2015, e vivemos desde então uma estagnação econômica que, segundo Dowbor (2020), se deve não ao Estado grande demais, mas fundamentalmente ao dreno generalizado de recursos, principalmente por parte das instituições financeiras, que através do endividamento das famílias, empresas e do Estado, drenam a capacidade de consumo, investimentos e de políticas sociais e de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento do país. Tal situação faz com que a economia fique estagnada, aumentando o desemprego que no período entre 2014 a 2019, apresentou um aumento de 87,7%, culminando no 3º trimestre de 2020 com o índice de 14,1% (13,1 milhões de desempregados), de acordo com dados da PNAD Contínua (IBGE, 2020c)

A partir de 2015 houve uma queda expressiva do número de ocupações formais, dando lugar a um aumento de ocupações informais, conforme dados do PNAD (2012-2019), com um número alarmante de 38 milhões de brasileiros em

trabalhos informais, são homens e mulheres sem nenhum tipo de seguridade social ou proteção por parte do Estado. De acordo com o Observatório das Desigualdades (2020), o agravamento dessa situação se dá pela crise econômica e política vivenciada pelo país a partir de 2014, pela reforma trabalhista que possibilitou novas formas de contratação com menos garantias ao trabalhador, que perdeu os mecanismos de proteção social vinculados à formalização, como, direito a aposentadoria, licença remunerada (licença-maternidade, ou licença-saúde), ou até mesmo uma remuneração mínima, vinculada ao salário mínimo. Também houve um agravamento do fenômeno denominado “uberização” do trabalho, expressão que surgiu com a propagação dos aplicativos de entrega e de transporte de passageiros.

Ainda se destaca que a precarização do trabalho não é aleatória em nossa sociedade, onde existem grupos sociais mais afetados pela informalidade, por exemplo, a população preta/parda que apresenta um índice de 47,4%, contra 34,5% da população branca, a média do país é de 41,6%, no período. Isso evidencia que existe no país, um crescimento da informalidade nos grupos historicamente excluídos socialmente, o que implica em menores rendimentos, direitos, segurança aos trabalhadores, e se distancia das ideias modernas de autonomia do trabalhador e aproxima-se da precarização do trabalho, com um resultado nefasto no

aprofundamento das desigualdades.

Essa é a condição de milhões de brasileiros invisíveis ou ignorados até então, que foi percebida após ficar exposta, por horas, nas filas imensas das agências da Caixa Econômica Federal – CEF para tentar receber o auxílio emergencial, aprovado pelo legislativo, através da Lei n. 13.982 de 02 de abril de 2020, que apesar de todo o empenho contrário do poder executivo federal, alegando falta de verba para seu cumprimento, autorizou, o auxílio de forma emergencial, para pessoas de baixa renda, trabalhadores autônomos, desempregados, trabalhadores informais e intermitentes, uma ajuda financeira inicialmente no valor de 600 a 1.200 reais com prazo de 3 meses, estendido para mais 3 meses, que de certa forma tem socorrido parte das famílias mais pobres, principalmente aquelas que tiveram sua renda diminuída ou cessada por conta da pandemia.

Segundo a Caixa Econômica Federal – CEF e o governo federal (BRASIL, 2020b) até junho de 2020, cerca de 63,5 milhões de brasileiros já haviam recebido o auxílio emergencial. Contudo, foram processados 106,3 milhões e apenas 64,1 milhões estão entre os considerados elegíveis, isso implica na existência de milhões de pessoas que não se enquadram nos critérios do Governo para receber o auxílio, mas que certamente, necessitam e estão invisíveis aos olhos do Governo Federal, o que acentua o quadro de exclusão dessa população.

O momento exige políticas públicas capazes de amparar a população e cuidar dela; entretanto, no caso brasileiro, o atual Presidente Jair Bolsonaro, ao invés de tomar medidas no sentido de respaldar essa imensa parcela de nossa sociedade que se encontra vulnerável e desprotegida, que necessita de ajuda, principalmente financeira, como a ampliação do auxílio emergencial por um tempo maior, apenas insiste no fim da ajuda e também do distanciamento social para a retomada mágica da atividade econômica. Contudo, essa postura só promove uma sucessão de crises políticas e desloca a atenção do combate à pandemia e de suas consequências para a incompetência administrativa e política dos seus ministérios e secretarias (SOUSA, 2020), sem que haja de fato medidas eficazes.

Todas essas questões e dados levantados são importantes para compreendermos como o Brasil, em meio a uma pandemia, está reagindo e lidando com as imensas e latentes desigualdades geradas por um sistema neoliberal que se mostra incapaz de servir a todos de maneira justa, intensificado por um projeto político que se elegeu com uma agenda econômica de diminuição da presença do Estado na economia e por isso conquistou a maior de parte das elites econômicas. Contudo, e apesar do momento político que vivenciamos, é necessário que discutamos os caminhos que podem ser tomados pelo Brasil.

Nesse caminho da busca de soluções viáveis não só a curto, mas a longo prazo, surge nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, dentro da Agenda 2030 com seus 17 objetivos e 169 metas a materialização de uma agenda que visa um novo equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental, que vem ganhando adesão de diversos governos, empresas e entidades a nível mundial que é a chamada “triple bottom-line”, ou seja, o tripé da sustentabilidade, que apesar de parecer pouco provável a adesão de economias mais desenvolvidas, grandes corporações, entidades e institutos, é impressionante a declaração assinada por 181 das maiores corporações americanas, comprometendo-se com o social e o meio-ambiente, validando as mudanças profundas e necessárias no sistema econômico atual em consonância com as propostas de inúmeros institutos de pesquisa de primeira linha mundial, como o Roosevelt Institute, nos Estados Unidos, o New Economics Foundation, na Inglaterra, e tantos outros (DOWBOR, 2019). Esse documento nos faz acreditar que podemos convergir sim, para um novo sistema, pois nele surgem palavras como “diversidade e inclusão, dignidade e respeito” – o que gera expectativas para quem acompanha como é trabalhar nessas grandes corporações, por exemplo, Walmart, Amazon, ou ainda nas linhas de montagem da Apple na China.

necessidade de encararmos as economias de uma forma mais sustentável, farão com que os países consigam tirar milhões de pessoas da miséria que se encontram, para caminhar rumo a um planeta mais sustentável e menos desigual para seus habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as epidemias desencadeiam distúrbios sociais e políticos, sendo assim, é interessante perceber como coloca Goulart (2005) que a doença, como evento social, gera o estabelecimento de um repertório de discursos que fazem emergir o aparecimento de conflitos sociais e de resistência, que na maioria das vezes potencializam demandas legítimas por políticas públicas, que revitalizam os valores sociais.

Portanto, surge a oportunidade para que através de ações efetivas, possamos mudar os rumos que a humanidade vem tomando e questionar o modelo de vida atual, e o modelo de vida que queremos no futuro. Como um dos pontos principais, entre tantos outros, para mudarmos esses rumos, Marjorie Kelly, pesquisadora e vice-presidente executiva de The Democracy Collaborative, cita em seu artigo "O fim da corporação como paradigma capitalista", que precisamos passar para um novo tipo de sistema econômico que seja mais eficiente e sustentável do ponto de vista político e ecológico e acrescenta que necessitamos

com urgência de uma economia política moral e democrática desenhada para o bem-estar de todas as pessoas. Ou seja, precisamos de uma economia a serviço do bem comum, que implica que seja economicamente viável, mas também socialmente justa e ambientalmente sustentável. No conjunto, trata-se de repensar a função e o propósito da economia na sociedade. Afinal, a economia em princípio deve servir para vivermos melhor, e não para que estejamos a seu serviço, pois como coloca Dowbor (2020) [...] o problema do mundo não é econômico, é político. Não é de produção, é de distribuição e sustentabilidade.

Desta forma, podemos aproveitar o momento terrível, neste cenário de catástrofe que a humanidade passa, para encararmos esta pandemia como uma construção de uma nova história, com o potencial muito importante para o desenvolvimento social, acreditando que a percepção da doença passa por uma intensa e complexa negociação social, modelada por diversas analogias e na interação entre ideias, que não ocorre apenas em uma única direção, seja de mudanças de ordem biológica, ou de respostas intelectuais ou políticas, mas sim caminha em várias direções e mudanças de processos e atitudes, que deve incorporar e refletir os valores e as relações de status dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 09-23, 1995.
- AYRES, J. R., FRANÇA JÚNIOR, I., CALAZANS, G. J. & SALETTI FILHO, H. C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In D. Czeresnia (Org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. (2a ed.), Rio de Janeiro: Fiocruz., 2009.
- BBC NEWS. Segunda onda de covid? As cidades e regiões do Brasil que puxam o aumento da doença. Artigo de 19 de novembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/11/19/as-cidades-e-regioes-do-brasil-que-puxam-o-aumento-da-doenca.htm>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.
- BERTOLLI FILHO, Claudio. A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 29 de novembro de 2020a.
- BRASIL. Casa Civil. Auxílio Emergencial: mais de 63,5 milhões de brasileiros já receberam o benefício do Governo Federal. Publicado em: 19 de novembro de 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/junho/auxilio-emergencial-mais-de-63-5-milhoes-de-brasileiros-ja-receberam-o-beneficio-do-governo-federal>. Acesso em: 01 de dezembro de 2020.
- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CEE. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Pandemia torna mais explícita desigualdades étnico-racial no Brasil. Entrevista com a socióloga Palloma Menezes publicado em 11 de junho de 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=desigualdade-etnico-racial-no-Brasil-entrevista-Palloma-Menezes>. Acesso em 30 de novembro de 2020.
- DOWBOR, Ladislau. A Economia desgovernada. 2019. Disponível em: <http://dowbor.org/2019/10/ladislau-dowbor-a-economia-desgovernada-novos-paradigmas-14-de-outubro-de-2019.html/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020. Situação no Brasil é agravada pela falta de governo. 2020 Disponível em: <https://dowbor.org/2020/05/ladislau-dowbor-situacao-no-brasil-e-agravada-pela-falta-de-governo-portal-fenae-27-05-2020-3p.html/>. Acesso em 20 de agosto de 2020.
- FIGUEIREDO, I. & NORONHA, R. L. A vulnerabilidade como impeditiva/ restritiva do desfrute de direitos. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, 4, p. 129-146, 2008.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Em novo livro, Laura Carvalho fala sobre curto-circuito na política econômica e discute a volta do Estado. Artigo publicado em 11 de junho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/em-novo-livro-laura-carvalho-fala-sobre-curto-circuito-na-politica-economica-e-discute-volta-do-estado.shtml>. Acesso em 01 de dezembro de 2020.
- GOULART, Adriana da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 101-142, Apr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 May 2020.
- HAESBAERT, Rogério. Reflexões geográficas em tempos de pandemia. Espaço e Economia [Online], 18 | 2020, posto online no dia 17 abril 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11826>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11826>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.
-

- HOFLING, Eloisa de M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, nov., 2001.
- IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde - 2019 : informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde : Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.
- IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020/IBGE, RJ: IBGE, 2020b.
- IBGE. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,4% e taxa de subutilização é de 30,6% no trimestre encerrado em agosto de 2020, 2020c. Estatísticas Sociais de 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29322-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-30-6-no-trimestre-encerrado-em-agosto-de-2020>.
- INSTITUTO ETHOS. Pandemia e direitos humanos. Instituto Ethos, 2020. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/opinioes-e-analises/pandemia-e-direitos-humanos/>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.
- JORNAL DE BRASÍLIA. Gripe espanhola e coronavírus: historiadores mapeiam semelhanças de como o Brasil lidou com pandemias. Publicado em 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/gripe-espanhola-e-coronavirus-historiadores-mapeiam-semelhancas-de-como-brasil-lidou-com-pandemias/>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.
- KELLY, Marjorie. O fim da corporação como paradigma capitalista. Instituto Humanitas Unisinos. Traduzido por Cepat. Publicado originalmente por Ctxt em 27/05/2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599537-o-fim-da-corporacao-como-paradigma-capitalista-artigo-de-marjorie-kelly>. Acesso em: 29 de agosto de 2020.
- KLEIN, Naomi. Los Años de Reparación. Buenos Aires: CLACSO, 2020.
- MORAES, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. In: Revista Educ. Soc. Campinas, v. 23, n. 80, p. 13-24. setembro/2002.
- MACHADO, Fernando A.M. e CASANOVA, G. K.T. Neoliberalismo em tempos de Covid-19. In: CASTRO, D., SENA, D. e POCHMANN, M. (Orgs.). Capitalismo e a COVID-19 – um debate urgente. p. 149-156. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2020.
- MORAIS, N. A., KOLLER, S. H. & RAFFAELLI, M. Eventos estressores e indicadores de ajustamento entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Univ. Psychol., 9(3), p. 787-806, 2010.
- OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. O crescimento da informalidade no país: quem são os mais atingidos pela precarização do trabalho? Artigo publicado em 25 de novembro de 2020. Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1403>. Acesso em 01 de dezembro de 2020.
- OUTRAS PALAVRAS. Naomi Klein propõe os anos de reparação. Artigo publicado em 23 de novembro de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/naomi-klein-anos-da-reparacao/>. Acesso em 29 de novembro de 2020.
- PINTO, Aparecida M. Neoliberalismo: gênese e expansão. In: Cadernos de apoio ao ensino. Maringá: UEM, 1988.
- RANGER, Terence; SLACK, Paul. Epidemics and ideas: essays on the historical perception of pestilence. Cambridge University Press, 1995
- SONTAG, Susan. A doença como metáfora. 3ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 2002.

SOUSA, Reginaldo C. Vulnerabilidade, vida precária e luto: os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil. Nuade/Unifesspa, 2020. Disponível em: https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/Vulnerabilidade_vida_prec%C3%A1ria_e_luto_os_impactos_da_pandemia_da_Covid-19_no_Brasil_-_25_de_maio.pdf. Acesso em 29 de novembro de 2020.

SOUZA, Christiane M.C. de. As dimensões político-sociais de uma epidemia: a paulicéia desvairada pela gripe espanhola. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, p. 567-73, mai-ago, 2005.

TORRES, Anny. Influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte, 1918. Fino Traço, 2007.

WORLD BANK. Distribution of income or consumption. In: World development indicators. Washington, DC, 2020. Disponível em: <https://wdi.world.org/table>. Acesso em 29 de novembro de 2020.
